

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Saberes Masculinos e Representações Femininas

A palavra da fé

*Na sociedade moderna compenetrada do espírito cristão, as mulheres estão relativamente aos homens, em estado real de inferioridade? São condenadas à permanente tutela? No celibato não têm a liberdade de dispor de si e serem senhoras de sua fortuna? Por acaso o casamento e sobretudo a maternidade as não emancipam? No seio da família de que são centro, não têm sobretudo que as cerca uma força moral que as eleva acima da fraqueza física que lhes é inata? Não é na esfera conjugal e maternal consagrada pelo respeito geral, que elas exercem seus incontestáveis direitos e seus deveres mitigados?**

¹ Conselhos Prudentes às Senhoras, *O Apóstolo*, 07.04.1880.

Assim, o *Apóstolo*, periódico representativo da posição oficial da Igreja Católica no Brasil, pronunciava-se em 1880, desafiando àqueles que defendiam maior participação feminina na vida social e política. Em seguida, em meio à longa e contraditória argumentação, acerca do que considerava adequado em termos do comportamento feminino, o articulista alude à importância de Maria. Pelo seu sacrifício, sua resignação, Maria constituía-se no “mais completo exemplar de todas as virtudes, heroísmos e grandezas” para todas as mulheres que nela encontrariam “a fonte de suas melhores ações”.

E reiterava, acerca da inutilidade das preocupações sobre a superioridade ou igualdade entre homens e mulheres, enfatizando a prioridade de se investigar as funções sociais para as quais estes demonstravam aptidões. E no caso das mulheres, relevava averiguar “se precisam como os homens o âmbito do mundo para exercício de suas faculdades, ou simplesmente o estreito recinto do lar doméstico, cujos deveres são difíceis de cumprir” encaminhando sua argumentação, em termos de uma indução explícita, para a última solução.

Fato que se pode verificar, ao acentuar que as

mulheres têm uma função especial que corresponde às leis de seu sexo, "sublime tanto nas dores que lhe são inerentes como nos resultados: ter filhos". Sua atuação primordial na família mais que no trabalho, constituía-se "numa ciência, que absorve todos os dias, horas, minutos...". A desobediência a esta norma, em decorrência da propaganda equivocada em prol da participação feminina na esfera pública, resultaria na diminuição das "mulheres honestas para aumentar as cínicas falanges das que não o são". E, para finalizar, apelava no sentido de "deixar a mulher no interior da família, de onde não deve sair, a mulher feliz, ativa, ornada com a dupla coroa, o amor do marido e dos filhos".

Tal discurso, veiculado pela Igreja Católica, não provoca nenhum espanto, já que esta se apresentava como uma instituição tradicional, conservadora e hierárquica, célebre pela sua defesa da submissão feminina. O que surpreende é que intelectuais portadores de "novas verdades" demolidoras - razão, liberdade, igualdade - apresentem uma perspectiva similar àquela instituição, no que tange à posição feminina. Ainda, no século anterior, afirmam a igualdade de direitos para todos os homens, ao mesmo tempo que excluem as mulheres, as quais "gozam já de tantas outras vantagens naturais" que nunca chegaram a aspirar a igualdade, para elas desnecessária.

A verdade das Luzes

A razão, emblema do acesso dos homens à maioria e à liberdade, qualidade que distingue o homem do animal, já que o animal não faz senão obedecer enquanto o homem pode voluntariamente consentir ou resistir, não são extensivos paradoxalmente à **metade do gênero humano**. Rousseau, considerado o mais democrático destes intelectuais, propõe uma educação que conduza à autonomia. Com relação às mulheres, porém, simbolizadas por Sofia - destinada a ser a esposa de Emílio - a educação deveria ser diversa. Nelas não se deveriam cultivar as qualidades masculinas, pois a "mulher é feita especialmente para agradar ao homem" e "para obedecer também", o que de certa forma, equiparava-as aos animais, segundo a assertiva acima. Por outro lado, tais posturas depunham contra o próprio espírito das luzes oposto a toda opinião não fundada na razão.

E as contradições multiplicavam-se. Segundo Diderot, a *Encyclopédie* deveria "sacudir o jugo da autoridade e do exemplo para se ater às leis da razão". No que tange, porém, à posição da mulher no casamento indica que a chave estaria "na fonte mais pura... a própria Escritura", reconhecendo que ela deve obedecer ao marido a quem pertence por decreto divino. Ainda, de acordo com aquela obra, a desigualdade entre os sexos era um imperativo da natureza que de um lado colocou a força e a majestade, a coragem e

a razão e, do outro, as graças e a beleza, a fineza e o sentimento. Caberia à educação favorecer o desenvolvimento das especificidades de cada sexo, pois "o que é charme ou virtude em um sexo é defeito ou deformidade no outro"².

Mudanças ocorridas nos séculos XVIII e XIX, relativas a crenças tradicionais sobre o corpo e a sexualidade humana, são utilizadas para ratificar os pressupostos de desigualdade entre os sexos ao nível social. Ultrapassa-se a concepção, quanto a semelhanças estruturais entre o corpo masculino e o feminino, da homologia dos órgãos genitais, cuja diferença pensava-se residir apenas em estar oculto nas mulheres o que nos homens era aparente. Agora, as novas diferenças reconhecidas nos genitais serviam de indicadores para as ocupações diversas de cada sexo: esfera privada para as mulheres e pública para os homens. O corpo feminino é utilizado para negar toda possibilidade de comparação entre homens e mulheres, em termos de um critério comum de cidadania³.

A inferioridade feminina que encontra suas raízes na diferença sexual estender-se-á a todo seu ser, em particular às suas faculdades intelectuais. Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza, atributo desse sexo, era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como uma prova de sua fecundidade. O sentimento e a razão apresentam-se como suplementos da beleza. Para a maioria dos iluministas, era patente a menor possibilidade das mulheres de abstrair e de generalizar, ou seja, de pensar. Assim, o processo genético dos conhecimentos que conduz ao pensamento abstrato teria na mulher ficado congelado, completando-se o processo, apenas, nos varões. A mulher teria permanecido na etapa da imaginação. Não a imaginação que geneticamente contribui para o conhecimento, mas aquela enganosa que nos faz tomar os desejos por realidades, cujo excesso pode levar à loucura e, mesmo, à morte.

Nelas, portanto, a inferioridade da razão era um fato incontestável, bastando-lhes cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos. Relacionando-se, apenas, com o mundo ao nível do concreto, mantinham-se, perpetuamente na infância, incapazes de ultrapassar o mundo da domesticidade que lhes fora legado pela natureza. Conclusões contraditórias, considerando-se, naquele momento, a existência de mulheres que animam os salões nos quais se difunde o espírito filosófico, contribuindo para o brilho da literatura e a difusão das ciências.

Tais pressupostos difundem-se e ganham força

²CRAMPE-CASNABET, Michelle. Las Mujeres en las Obras Filosóficas del Siglo XVIII. In DUBY, Georges y PERROT, Michelle (dirección). *Historia de las Mujeres en Occidente* 3. Del Renacimiento a la Edad Moderna. Madrid: Taurus, 1992, p. 335-369. BURKE, María Lucía G. Palhares. Ousadia Feminina e Ordem Burguesa. *Estudos Feministas*, v. 1 n° 2, Rio de Janeiro, CIEC-ECO-UFRJ, 1993, p. 247/248.

³LAQUEUR, Thomas. *La Fabrique du Sexe*. Essai sur le corps et le genre en Occident. Paris: Gallimard, 1990, p. 38.

durante o século XIX, adquirindo respaldo científico. A medicina social assegura constituírem-se como características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem, conjugava a sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios... Paradoxalmente, transparecia a fidelidade desses discursos aos princípios cristãos em que pese o tom anti-clerical que assumiam, em nome da ciência, o ídolo do momento. Por outro lado, aquelas características femininas, das quais ressaltam a menor inteligência e menor sensibilidade sexual, levavam Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia em fins do século XIX, a justificar que as leis contra o adultério só atingissem a mulher cuja natureza não a predispunha para esse tipo de transgressão. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência eram despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, sendo extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social⁴.

⁴ LOMBROSO, Cesare e FERRERO, Guglielmo. *La Femme Criminelle et la Prostituée* (tradução do italiano). 1896.

Dominação pelo saber, consentimento e resistência

Tais teorias construídas e instauradas por homens que estabelecem um duplo discurso, do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher, restritivas da liberdade e da autonomia feminina, que convertem uma relação de diferença numa hierarquia de desigualdade, configuram uma forma de violência. As mulheres são tratadas não como sujeito mas como uma coisa, buscando-se impedir a sua fala e a sua atividade. Nesta perspectiva, a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. Aliás, o avanço do processo de civilização, entre os séculos XVI e XVIII, corresponderia a um recuo da violência bruta, substituindo-se os enfrentamentos corporais por lutas simbólicas. Nesse período, a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; fato correspondente a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Um objeto maior da história das mulheres, neste momento, consiste no estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que buscariam garantir o consentimento feminino às representações dominantes da diferença entre os sexos: a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública etc.. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a

compreender como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal⁵.

E os efeitos destes discursos foram devastadores. A Revolução Francesa, cujo grande mérito constituiu-se na sua contribuição ao reconhecimento dos direitos humanos, representou contraditoriamente para as mulheres um retrocesso nos diversos níveis. Apesar do papel relevante que desempenharam no movimento, quando da institucionalização da nova ordem, vêem-se excluídas da cidadania política e civil. Na argumentação dos responsáveis pela montagem da Nova Ordem, mais uma vez, lança-se mão da natureza como justificativa para o caráter diverso de ocupação que se impunha aos dois gêneros. Afinal, homens e mulheres apresentavam uma fisiologia diferente, o que lhes impunha papéis sociais diversos. Nesse particular, posições à esquerda em termos da organização social não significavam posturas avançadas no que tange à participação feminina. Um exemplo é o deputado Amar da Montanha: "a ordem social resulta da diferença existente entre homem e mulher. Cada sexo é induzido (pela natureza) para o gênero de ocupação que lhe é próprio".

Para as mulheres, reservava-se uma cidadania específica a ser exercida no recesso do lar, como mãe dos futuros republicanos, cabendo-lhe a defesa dos interesses familiares. Concretizando tais formulações, o deputado Chaumette opõe-se à participação de representação feminina na Assembléia, apelando para tais diferenças entre homens e mulheres. Justificava irritado: "A quem a natureza confiou os cuidados domésticos? Por acaso a nós? Deu-nos seios? enfraqueceu nossos músculos para nos tornar próprios aos cuidados do lar"⁶?

Muitos foram os protestos contra tais deliberações, reclamando as mulheres o direito à participação política, à instrução, ao trabalho, enfim, à cidadania plena. Não faltaram mártires dessa causa, no caso, Olympe de Gouges que propôs a Declaração dos Direitos da Mulher, análoga à Declaração dos Direitos do Homem, condenada à morte, pela acusação de pretender subverter a ordem natural. As reivindicações femininas por uma participação igualitária na sociedade mantêm-se, porém, latentes, manifestando-se quando as condições são consideradas propícias.

Com a consolidação da burguesia no poder, firma-se no século XIX a divisão de papéis e uma rígida separação das esferas de atuação entre os gêneros. O masculino na órbita pública e o feminino no âmbito privado. Tal se configura com mais ênfase entre os segmentos mais elevados, já que as mulheres pobres por sua condição social continuam a ter a rua como espaço preferencial, obrigadas, elas mesmas, a realizarem suas compras, como também ao exercício do

⁵CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (*nota crítica*). In *Cadernos Pagu* (4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p. 40-44.

⁶VARIKAS, Eleni. *Les Antinomies de l'Emancipation* (juifs, mulâtres et femmes). p.4. (mimeo).

⁷PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p.200.

⁸CHARTIER, Roger. Op. cit.. Outros historiadores também descartam a visão de uma ação unilateral do poder sobre os dominados passivos e impotentes. Como frisa Michel de Certeau, toma-se necessário desvendar as sutilezas engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre-se eles incide. E. P. Thompson, embora não estabeleça as mulheres como objeto específico, dedica especial atenção às manifestações cotidianas de resistência dos subalternos. Anção de resistência toma-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres e inúmeras historiadoras têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação feminina. CERTEAU, Michel de. *Artes de Fazer*. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994, p.41; THOMPSON, E. P.. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1979, p. 51.

⁹KAPPEL, Anne-Marie. Escenarios del Feminismo. In DUBY, Georges y PERROT, Michelle. Op. cit., p. 513.

¹⁰GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 299/300.

trabalho extra-doméstico, além de terem inúmeras atribuições que lhes proporcionavam maior independência; o que não impedia, porém, a presença de contradições entre os gêneros e a incorporação desses saberes⁷.

Por outro lado, a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. O que significa que a aceitação, pela maioria das mulheres, de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta - aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador⁸.

Principalmente a partir da segunda metade do século, transformações que se apresentavam nos mais diversos âmbitos, aliadas às insatisfações de muitas das mulheres inconformadas com sua exclusão do terreno público, contribuem para a emergência de movimentos feministas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, com vistas à modificação desse quadro. Criando uma imprensa própria, organizando associações, quer aquelas que se limitavam a uma postura liberal, quer as que vinculavam suas propostas à instauração do socialismo, lutam as mulheres pelo reconhecimento de seus direitos, incursionando algumas pelo terreno da sexualidade. No início do século XX, uma primeira geração de mulheres médicas sugere às demais a liberação do medo e da ignorância do seu corpo. Não foi tranqüila a receptividade a essas manifestações. A reação fez-se sentir não só por parte dos governantes, reprimindo tais movimentos, como da própria sociedade, particularmente da parcela masculina e de não poucas mulheres⁹.

No mundo anglo-saxão na era vitoriana, feministas e seus partidários são apresentados como desafiadores das sábias e intocáveis leis da natureza. Em nome dessas verdades universais, a réplica buscava ser demolidora, com vistas a desmoralizar àqueles que pugnavam pelo acesso das mulheres à propriedade, às profissões, ao voto. Galinhas a cacarejar, *hommes-femmes*, *homesses*, hermafroditas, eram alguns dos pesados epítetos sexuais que lançavam os anti-feministas contra tais mulheres, enquanto os homens que as apoiavam eram chamados de "solteironas de calças". Tão assustadora lhes era a idéia de uma possível confusão de papéis sociais, temerosos, mesmo que inconscientemente, da perda de seu predomínio nas relações de poder entre os gêneros, que lançavam mão das estratégias mais variadas para manter o *status quo*¹⁰.

Assim, lia-se ou ouvia-se, repetidamente, em tratados ou piadas, em tons solenes ou leves, que os homens e as mulheres deviam ocupar esferas separadas porque tinham naturezas e capacidades distintas e, portanto, deveriam exercer tarefas distintas. Poetas, filósofos, jornalistas, clérigos, pedagogos, discorriam acerca dos poderes ocultos das mulheres, lembrando um deles que... “a mão que balança o berço/É a mão que governa o mundo”. Dessa forma, eram desnecessárias para as mulheres as marcas superficiais do poder, tais como mais instrução e o direito de voto, para o exercício de sua supremacia. Afinal, o voto destruiria sua sofisticada feminilidade, devendo elas reconhecer que o homem “governa apenas o Estado, e ela governa tanto os governadores do Estado como os governadores do povo”¹¹.

E, apesar desse bombardeio, acrescido pelos contos e mensagens das revistas femininas, romances para moças, em grande parte, escritos por mulheres, mais e mais mulheres reagiram contra esses sofismas, contra “sua dúbida realidade e sua muito real submissão doméstica”. Algumas se rebelaram abertamente, enquanto a maioria se valia de maneiras mais sutis na sua ânsia de subverter sua situação. Lançavam mão de táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência.

No Brasil, idênticas iniciativas de liberação das mulheres tiveram lugar. Desde o primeiro protesto de Nísia Floresta, na década de 1830, manifestam-se com mais força insatisfações femininas. Constitui-se aqui, igualmente, uma imprensa feminina, cujo primeiro periódico, *O Jornal das Senhoras*, data de 1852. Algumas mais moderadas nas suas reivindicações enfatizavam a importância da educação da mulher, lembrando o seu papel de mãe, ou por uma “questão de requinte espiritual”. Outras mais incisivas defendiam-na como recurso para o alcance da independência econômica, também, acentuando a relevância dos direitos civis e políticos, chegando algumas a defender o divórcio¹².

No século XX, despontam nomes como aquele de Maria Lacerda de Moura, pioneira em muitos âmbitos, cujas idéias, porém, não encontraram o devido eco naquele momento. Outras organizam-se em associações, destacando-se a atuação de Bertha Lutz, cujo movimento foi objeto de alguns estudos. O referido movimento teve como alvo o acesso das mulheres à cidadania plena e, apesar de limitações, comuns aos demais movimentos feministas da época, algumas de suas propostas, como aquela dos direitos civis, só recentemente vêm sendo implementadas. Tais reivindicações deram lugar a fortes resistências, negando-se por toda a Primeira República reconhecer às mulheres o direito de voto. A violência na sua forma simbólica manifesta-se, através de diversos canais, recorrendo-se a variados argumentos.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² HAHNER, June E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.85.

A pedagogia como instrumento

A educação é elemento fundamental na tomada de consciência das mulheres de sua condição subalterna, ao mesmo tempo que lhes proporciona o instrumental para ultrapassar essa condição. Dialeticamente, porém, constitui-se num dos principais veículos de difusão da violência simbólica, contribuindo incisivamente para a inscrição das representações da inferioridade feminina nos "pensamentos e nos corpos de umas e de outros". Torna-se, portanto, relevante avaliar como se apresentava a educação feminina, a partir de meados do século XIX.

Não teriam as mulheres brasileiras, naquele momento, uma base de conhecimentos variados para tornar agradável e instrutiva a sua palestra, embora tagarelassem insignificâncias de modo sempre agradável, é o que achavam os viajantes Kidder e Fletcher, aqui presentes em 1851. A situação educacional dessas se configurava em preocupação devido a sua função materna, que agora as tornava principais responsáveis pela educação de seus filhos. Deveriam transmitir as primeiras e fundamentais lições da língua materna, da geografia e da história. Também, enquanto os filhos não se encaminhavam para o colégio, deveriam atuar como preceptoras, ajudando-os a estudar e iniciá-los no latim. Impôs-se nos meios parisienses - modelo para o Brasil na época - o conceito de mãe-professora, junto a todas as que tinham meios para pretender desempenhar tal função. No Brasil, não faltaram preocupações desse teor, quanto à necessidade de escolas que fornecessem às jovens uma "educação intelectual e moral" que lhes possibilitasse "ensinar aos seus próprios filhos os elementos da educação e os seus deveres para com Deus e os homens". Segundo os nossos visitantes, estavam aparecendo tais escolas, algumas excelentes, mas os pais retiravam suas filhas ao completarem treze ou quatorze anos, considerando-as preparadas para a vida, buscando logo casá-las¹³.

O que deve ter contribuído para que Maria Clementina da Cruz, com apenas quatorze anos, escreva para o *Jornal das Senhoras*, em 1852, questionando os pais acerca da depreciação das faculdades intelectuais femininas. Exige para as mulheres uma educação "franca, completa e liberal". Alega não entender que "uma mulher por saber música, tocar piano, coser, bordar, marcar e escrever, tenha completado a sua educação"¹⁴.

Era proibida a co-educação dos sexos, não só devido à rígida moral católica como, igualmente, devido à certeza da ciência hegemônica na época acerca das diferentes aptidões entre homens e mulheres. Daí a diversidade de currículos a eles destinados, ocasionando diferenças flagrantes no ensino dos dois sexos. Enquanto os homens cursavam o ensino secundário, que visava o acesso aos

¹³KIDDER, Daniel P. e FLETCHER, J.C.. *O Brasil e os Brasileiros*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941, p. 121.

¹⁴BERNARDES, Maria Thereza Cayubi C.. *Mulheres de Ontem?* Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz editor, 1989, p. 138.

curso superiores, as moças, em sua maioria, encaminhavam-se para as escolas normais, destinadas à profissionalização e/ou ao preparo para o lar. Na Escola Normal de Niterói, primeira do gênero da América do Sul, fundada em 1835, as alunas não estudavam álgebra e a geometria limitava-se “às noções mais elementares e de mais frequente aplicação aos usos elementares da vida”¹⁵.

Em meio a inúmeras transformações materiais no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, desenvolvem-se novas idéias, hábitos que contribuíram para transformar a paisagem social, inclusive, no âmbito da família e da condição feminina. O propalado confinamento doméstico das mulheres dos segmentos mais elevados, presente ainda nas primeiras décadas do século, cede lugar a uma nova ordem. Caem em declínio as recomendações de caráter religioso no sentido de não admitir que se realizassem nas casas “jogos, serões, assembléias, comédias, óperas e festins, nem visitas de pessoas em que domina o espírito do mundo”¹⁶.

Agora, as festas privadas, os salões políticos e sociais tornam-se constantes, criando-se condições de relacionamento favoráveis aos interesses econômicos e políticos da elite dominante. A recepção adquire a função de veículo informal na disputa pelo poder, e da habilidade feminina dependia o sucesso destes eventos, tendo a mulher papel decisivo na promoção social do marido. Em troca de tais serviços teriam revertido para as mulheres um cuidado e uma atenção que não mereciam antes, o que não significava estimulá-las às atividades públicas. Dentre as estratégias utilizadas para mantê-las na esfera que se lhes convencionava como própria, exagera-se a incompetência masculina no desempenho das funções superiores por elas exercidas. Não haveria outro recurso senão abandonar aos últimos as “mesquinhas” ocupações profissionais e intelectuais. Mas em função daqueles contatos externos, as mulheres necessitam de uma educação mais aprimorada.

Nesse contexto, a educação feminina é objeto de discussões. Em um ciclo de conferências sobre a mulher, o conselheiro José Liberato Barroso ressalta a importância do conhecimento da sua história para compreensão de sua missão no presente. Ainda numa perspectiva evolucionista, destaca que sua “posição na sociedade crescia na razão do progresso e do desenvolvimento das civilizações”; concepção vigente naquele momento em que predominava a ideologia do progresso, cuja influência fez-se sentir até nossos dias. As pesquisas, porém, no que tange à trajetória feminina, revelam uma situação diversa de redução crescente da participação feminina entre a Idade Média e o século XIX, ao contrário do que postulava o conferencista¹⁷.

Menciona o conselheiro a discussão em voga, acerca da igualdade entre os sexos e da capacidade feminina para o exercício dos direitos políticos nas sociedades

¹⁵ JÚDICE, Norimar. *Texto, Mulher e Discurso na Virada do Século*: produção e reprodução, 1994. (mimeo).

¹⁶ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 137. Via de regra as referências ao pensamento médico presentes ao longo deste artigo baseiam-se nas reflexões deste autor.

¹⁷ BARROSO, José Liberato. A Educação da Mulher, conferência em 15 de fevereiro de 1874. In *Conferências Populares* N.º. 5. Rio de Janeiro, maio, 1874. O conferencista foi personagem de destaque na política e nos meios jurídicos do Império e, igualmente, interessado em questões ligadas à educação. Sua biografia consta da Galeria dos Homens Ilustres do século XIX.

modernas. Elogia a ação do filósofo inglês Stuart Mill, defensor dos direitos da cidadania para a mulher, o que faz imaginar que compartilhe dessa posição. Logo em seguida, desfaz-se aquela expectativa, pois, dirigindo-se àquelas que o assistiam, abandona por instantes sua docilidade e afirma de modo incisivo: "no estado atual de nossa civilização não podemos nutrir, não nutrimos certamente a aspiração de exercer direitos políticos". Impregnado das idéias positivistas, refere-se ao caráter lento das transformações nacionais que se associavam às lentas revoluções do espírito humano, o que parecia indicar que tais discussões seriam prematuras, especificamente no caso brasileiro.

Volta aos elogios, expressos de maneira gongórica, assinalando o "brilhante papel da mulher nos destinos das gerações por vir e nas glórias da nossa pátria" realçando a importância de se estudar os meios de sua educação a fim de adequá-la a "preparar a geração que nasce, para ocupar o seu posto de honra na vanguarda do progresso à frente dos cruzados do futuro". Embora se aproximasse o tempo no qual a mulher brasileira estaria na plenitude de suas faculdades, naquele momento, "como ente dotado de sensibilidade, de inteligência e de vontade, a mulher ainda se acha no estado de evolução". Caberia um movimento, com vistas a transformá-la num ser "livre e igual ao homem, concorrendo para o mesmo destino, mas semeando a verdade, por meios diversos no caminho da vida".

Logo percebe-se sua insinuação sobre a diferente forma de atuação entre homens e mulheres. E aí estarão presentes os argumentos postulados por todas as instâncias, religiosa, filosófica e científica. Acentua a diferença "no modo porque se equilibram as faculdades d'alma nestes dois entes privilegiados da criação: se no homem domina a razão, na mulher domina a sensibilidade, a imaginação". Até os dias atuais, nas sociedades ocidentais marcadas pelo selo da racionalidade instrumental, a sensibilidade é considerada uma preparação, uma antecipação ou uma forma menor do pensamento racional. Logo, o elogio da sensibilidade feminina, excluindo-a da racionalidade, revela uma modalidade de violência. Prosseguindo, completava que o destino do homem era "viver a vida exterior, que faz a sua glória e sua grandeza; a mulher é destinada para viver a vida interior, tão grande, tão gloriosa como a outra". Mas, segue-se uma novidade. Explicita o autor que esta colocação não significava uma total dicotomização. Nem o homem deve "viver exclusivamente a vida exterior, separado da vida do lar, e que a mulher deve viver a vida interior, separada da vida social". Tal observação, indubitavelmente, vincula-se às mudanças, ainda que limitadas, que se vinham operando nas formas de participação feminina, além do esforço da medicina na construção do "pai higiênico", cujas energias devem canalizar-se prioritariamente para o bem estar dos

filhos, base da riqueza e poder do Estado. Identifica-se paternidade e masculinidade e maternidade e feminilidade como padrão regulador da existência social e, agora, também emocional de homens e mulheres.

A higienização da família com vistas ao estabelecimento da saúde física e psíquica, garantindo uma prole saudável e uma futura classe dirigente sólida e respeitosa das leis e dos costumes, das regras e convenções, é o objetivo. Mas tais propostas não representam um abrandamento na divisão de esferas como se reafirma neste discurso: o homem na órbita pública e a mulher na esfera privada. Sobre a violência desta exclusão, cabe lembrar Hannah Arendt, para quem o espaço privado não se define como o espaço da privacidade e da intimidade mas como o lugar da privação. Estar circunscrito ao espaço privado é estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, a existência política¹⁸.

O casamento se constituiria na máxima aspiração da mulher, criticando o autor aqueles casamentos que se faziam por interesses materiais, algo que vinha sendo igualmente objeto de fortes restrições por parte dos médicos. Opunham-se às práticas matrimoniais até então predominantes, em que o amor não se apresentava como um pressuposto necessário à ligação conjugal, encarada como uma transação econômica ou decorrente de razões sociais. A disparidade etária entre os cônjuges ou os casamentos consanguíneos, muito comuns no Brasil em decorrência daqueles interesses, eram combatidos, especialmente, pelo prejuízo acarretado à reprodução. O amor é elevado a razão principal do casamento, ao lado de uma sexualidade saudável do que dependeria a "saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação". A valorização do sexo conjugado ao amor destinava-se a garantir o prazer da vida em família e a estabilidade dessa instituição. A manutenção dos filhos e a garantia de seu bom tratamento ficariam asseguradas, para satisfação do Estado. Aqui havia uma diferença com relação às postulações da Igreja, até então hegemônicas, que via o sexo com reticências, mesmo no casamento, vinculando-o obrigatoriamente à procriação.

O discurso sobre o comportamento ideal feminino, a ser lapidado pela educação, é difundido não apenas por conferências de estudiosos vetustos, teses médicas, mas das formas mais diversificadas, mas também, através da literatura, da imprensa de maneira jocosa, por meio de piadas, ou em crônicas, folhetins etc... A situação que passarei a examinar inclui-se neste caso e a questão é apresentada sob o pólo da negatividade. Busca-se fornecer um exemplo em que realçam na personagem, de forma caricatural, atributos dos mais condenados, depreendendo-se daí os males decorrentes de uma educação defeituosa.

¹⁸ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUSP, 1981.

Ernesto da Rosa, a personagem masculina principal, apaixonou-se por Chiquinha. Deve competir com outro enamorado da mesma. A situação evolui para um final ameaçador - no caso o enfrentamento físico dos rivais. Tal solução drástica é evitada e Chiquinha decide-se por Ernesto com o qual acaba se casando. Nesse ponto o narrador abre um parêntese e se propõe a discorrer sobre o caráter da noiva. Enumera uma série de elementos combatidos naquele momento. Para começar, afirma que Chiquinha não se casara por amor. Aliás, ao contrário do modelo feminino da época, cuja característica mais significativa era a extrema afetividade, Chiquinha nunca experimentara este sentimento em sua vida, nem mesmo por seus pais. "Estimava-os, não há dúvida, mas com essa estima sem extremos, antes filha do instinto e do hábito do que do coração"¹⁹.

Chiquinha decidira-se por Ernesto apenas porque Manoel Moura, o outro, assustava-a com seu gênio brutal. E "ela queria um marido brando, prudente, que embora não a amasse, fosse dócil aos seus menores caprichos, e este marido afigurou-se-lhe em Ernesto que, de mais a mais, era crença sua, deixava-se levar apenas pela paixão". Confirma-se neste trecho que a personagem feminina apresentava características opostas às que se acreditava "naturais" numa mulher - docilidade, delicadeza, submissão.

Fora, contudo, dotada pela natureza com bons atributos físicos e os freqüentes elogios resultaram para ela em graves defeitos. Fizeram-na "vaidosa, mais tarde namoradeira, sempre ávida de receber grande número de homenagens". Seus pais, "dominados pela cega afeição", não tiveram a energia necessária para tomar medidas, buscando corrigi-la. No que se subentende que não a educaram devidamente. Os conflitos logo se desencadearam, em razão dos caprichos de Chiquinha. Além do mais, não foi preparada para o seu novo estado, não cumpria nenhum dos deveres que lhe seriam inerentes. Passava o dia na sala de visitas na janela a tocar piano, a ler romances ou num *dolce farniente*, enquanto em casa tudo marchava irregularmente, graças ao pouco zelo e as fraudes das criadas, senhoras absolutas do interior.

Ociosa, fútil, frívola, com um simples verniz musical e literário, mas desconhecendo as habilidades necessárias à administração do lar, são estas algumas das particularidades acentuadas no comportamento da personagem. Demonstrativas dos males decorrentes de uma educação feminina deficiente, impediam-na de corrigir seu caráter e assumir a responsabilidade de um casamento. Culminam os males de Ernesto quando, num baile, através de comentários de terceiros, é sabedor da levandade de sua mulher, apontada como namoradeira, apesar de casada. Forçada a acompanhá-lo a retirar-se do baile, despeja sua ira sobre o marido por ter que abandonar um divertimento que lhe

¹⁹SILVEIRA, Heitor da. O Melhor dos Casamentos. In *Jornal das Famílias*. Rio de Janeiro, Garnier, ed. março/abril/maio, 1878.

proporcionava prazer. Atribui-lhe excessivas exigências, a ponto de querer transformá-la numa escrava: “para agradar ao senhor hei de eu cozinhar, lavar, engomar, varrer a casa, vestir-me como uma preta velha. Pois desengane-se, que por essa forma nunca lhe agradarei. Nem eu quero, reforcei Ernesto, o que exijo da senhora é que cumpra seus deveres de dona de casa que não viva a se enfeitar como uma moça solteira e desmiolada; que sobretudo comporte-se nas reuniões de maneira a não dar escândalo, como ainda hoje”.

Afinal, depois desse cortejo de infelicidades decidem-se pelo divórcio, momento em que o narrador acorda. Tudo não passara de um sonho. De maneira primária, o folhetim, enquanto produto literário, apresenta um propósito meramente pedagógico. A personagem é apresentada como uma anti-heroína: ociosa, artificial, agressiva, autoritária, mundana, fútil, frívola, vaidosa, ameaçando incorrer no supremo pecado do adultério. Pelo recurso da inversão fica assinalado o que uma mulher não deve ser, a fim de realçar as características que lhes são opostas: diligência, habilidades domésticas, delicadeza, simplicidade, recato, pureza etc.. O autor aproveita, ainda, para lançar uma fisgada, no sentido de colocar a reticência masculina ao casamento, sempre apresentado como algo ansiado unicamente pelas mulheres, daí o título escolhido para o folhetim: *O Melhor dos Casamentos*, sempre aquele que não passa de um sonho...

A educação que se propunha para as mulheres não visava, portanto, sua autonomia, a liberdade de decidir o seu destino. O que se pretendia era garantir, através de sua formação, a introjeção daqueles princípios, apresentados acima, além de equipá-las mais adequadamente com instrumentos que lhes possibilitassem exercer as funções que se lhes reconhecia como próprias - a de esposa e mãe. As preocupações com a educação feminina reveladas nesta crônica num jornal dedicado a este público leitor confirmam tal ilação. Começa enfatizando a importância do assunto, “entretanto tão desprezado por nossas amáveis leitoras”, admoestação que parece indicar uma certa inconseqüência daquelas. Deplora que esta educação conste simplesmente de noções de música, canto, dança, face à insuficiência destes superficiais conhecimentos para obter a felicidade familiar. Aliás, pelo encaminhamento da maioria dos discursos sobre a questão, depreende-se a atribuição à mulher de tal responsabilidade, que no caso em foco é explicitada, ao considerá-la como o “único meio de fazer a felicidade da família”. Em seguida, enumera todas as potencialidades femininas para o êxito desta missão.

“E com efeito a mulher que tem o coração bem formado pela educação, e por ela tem aprendido a arte de governar, constitui no lar um tesouro, porquanto não ignorando os princípios do governo como os da economia doméstica, saberá no governo da casa dirigir sabiamente todos os

²⁰ A Educação da Mulher. In *O Cherubim*, Rio de Janeiro, 15.11.1885.

criados no cumprimento dos deveres, e equilibrar a despesa com a receita e por isso prevenir qualquer necessidade eventual. Não desprezará a bem da família e dos filhos os meios higiênicos e muito menos os meios de fazer bons homens e evitar qualquer desgosto, desespero do marido, por gastos inúteis ou exigências inoportunas”²⁰.

Na verdade, o discurso acima é recheado de ambigüidades. Em primeiro lugar, acentua a importância da educação para o desempenho dos deveres femininos na administração do lar. Por outro lado, lembra à mulher o seu papel precípua de garantir o equilíbrio familiar e especificamente o bem dos filhos. Para isso, alerta-a para evitar “gastos inúteis e exigências inoportunas”, capazes de provocar desgosto e desespero ao marido. Percebe-se daí uma insinuação acerca da suposta frivolidade feminina, pecado fácil de incorrer face à escassa dose de razão que se acreditava presente nesses segmentos. Também, ao lhe atribuir toda a responsabilidade pela felicidade familiar, isenta o homem de qualquer ônus neste âmbito. Ele poderia se permitir continuar com seus defeitos e a cometer suas faltas, algumas impossíveis de evitar, pois a medicina reconhecia-lhe o caráter autoritário, altivo, menos amoroso, mais duro... O lar para ele deveria ser o local de refazer as energias gastas nas atividades externas de luta pela sobrevivência, e de exercício da cidadania. Quaisquer excessos deveriam lhe ser perdoados.

Não se pode, porém, concluir que tal campanha tenha sido totalmente vitoriosa. Apesar do esforço de inculcação desses padrões, paralelamente, mulheres manifestaram-se expressando seu descontentamento com a educação que lhes era fornecida. Algumas lançavam mão dos próprios argumentos que lhes estavam sendo impingidos. Muito possivelmente, estariam desenvolvendo uma tática, visando mobilizar para seus próprios fins uma representação imposta- aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. Típica modalidade de manifestação dos poderes femininos numa situação de sujeição e de inferioridade, que se traduz na reapropriação e no desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador. Dessa forma, ainda, em 1855, uma mulher que não assume sua identidade, assinando-se como Baronesa, aponta a necessidade de se exigir para as filhas uma instrução mais variada e séria, para o que considera incapazes os colégios existentes. Observa a ausência de preocupação no cultivo do espírito e da inteligência de uma menina “para que seja uma verdadeira senhora”. O apelo se completa, valendo-se do próprio argumento utilizado por aqueles que pretendem manter a mulher como subalterna, ao acentuar o despreparo “de quem deve um dia depender o futuro de uma família inteira”. Termina com uma frase bem ilustrativa da época: “Tudo superficialidade, nada ciência”.

O impedimento do acesso de mulheres ao ensino superior provoca protestos incisivos por parte das mulheres. Num deles, curiosamente talvez por ironia, são pedidas desculpas ao "Sexo Forte" pela ousadia de se dirigir ao mesmo. Após exigir a reparação de seus erros e injustiças, enumera vários dos males impostos à mulher que "tem sido oprimida, escarnecida, ludibriada: tem vivido quase semi-morta". Finaliza, de forma similar à anterior, valendo-se de um artifício fático, atitude própria daqueles que são alvo da violência simbólica; reemprega a linguagem da dominação para marcar uma resistência, invocando a tradicional missão atribuída ao sexo feminino: "...não haveis considerado que aviltando-a, humilhando-a, conservando-a na ignorância fica ela sem a força de que carece para resolver o mais difícil dos problemas sociais - o da educação dos filhos confiado só a ela, pelo próprio Deus!"

Mas havia também aquelas que exigiram uma educação mais qualificada, não em nome da sua responsabilidade familiar, mas porque consideravam-se tão capazes "como o homem para o estudo das ciências" apesar da constante repetição contrária; afirmavam, inclusive, a existência de mulheres "superiores a muitos homens cientistas; e que escreveram trabalhos que são citados por médicos ínsignes". A profissionalização como fruto da instrução era apontada como uma necessidade, reivindicada por algumas, ainda, de forma tímida a título de complementaridade, pois "nem sempre o trabalho do homem é suficiente para proporcionar à sua família todas aquelas comodidades...". Outras mais lúcidas manifestavam tal necessidade com vistas a que as mulheres atingissem uma posição simétrica no relacionamento com os homens, tomando-se dignas, capazes de uma escolha livre, o que as levaria a desprezar "as adulações pueris de que ainda se mostram ávidas"; não tendo que enfrentar dúvidas quanto a sua fidelidade "porque acabar-se-á a necessidade de fingir e transigir com a artimanha masculina; e só então poderá se assentar ao lado do homem como sua companheira, e jamais como sua serva". Havia, também, aquelas que nem mencionavam o casamento como alvo, ao apontarem a importância do trabalho assíduo e o seu fortalecimento "para as provas da liberdade e para os combates da vida"²¹.

Não lhes faltava consciência de que assumir tal postura representava um pesado ônus. E o depoimento de uma das mais ativas militantes demonstra-o, ao registrar que "a mulher que estuda, que pensa, ...é objeto de críticas e censuras à sua própria dignidade, e faz parte das distrações, dos cafés e dos bilhares...". Afinal, os médicos com seu domínio do conhecimento científico afirmavam que a mulher foi formada para sentir como o homem foi criado para pensar e "aquelas que têm apresentado uma inteligência superior, tem sido à custa de suas qualidades femininas". Ousar

²¹ BERNARDES, Maria Thereza Caiuby C.. Op.cit., p.124; outras citações que se seguem: p. 138/139/145/159.

ultrapassar esses limites era uma empreitada espinhosa, conforme se pode reconhecer na narrativa abaixo:

“É costume dizer mal das mulheres dadas às letras, e fazer-lhes, por essa razão, as mais malignas insinuações a respeito das virtudes que mais se prezam no nosso sexo. Debalde se faz ver a esses maldizentes que a mulher que nutre o seu espírito com pasto mais substancial do que as conversas sobre a vida alheia, menos facilmente ocupará a imaginação com frioleiras e levandades que tão úteis parecem ao princípio, e tão tristes conseqüências acarretam ao final muitas vezes. Eles não se deixam convencer e vêm logo com os exemplos das mais célebres literatas das quais a fama não corre boa”²².

²² A Arte da Beleza - Artigo para ser somente lido por senhoras, *Jornal das Famílias*, março, 1863.

Com uma argumentação singela, a articulista revela os percalços sofridos pelas mulheres que enveredavam pela literatura. O fenômeno, porém, não se restringe ao Brasil. Também na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, eram as escritoras alvo de forte maledicência, atribuída ao comportamento escandaloso ou devido à presença do erotismo na obra de algumas autoras. Igualmente, sofreram os efeitos das rivalidades dos seus companheiros de ofício masculinos, infensos a dividirem com as invasoras o espaço que consideravam exclusivamente seu. No século XIX é que, realmente, tal atividade se consolidou como uma profissão para muitas mulheres. E as pressões eram tamanhas que muitas das escritoras decidem esconder sua identidade, usando um pseudônimo masculino, entre outras George Sand, George Eliot, Currer Bell, Otto Stern. De qualquer forma, logo uma divisão natural de trabalho, também, se estabeleceu nessa seara, decidindo-se que o romance era seu ponto alto. Críticos literários e historiadores da literatura empenhavam-se em manter as escritoras na esfera sentimental, tecendo comentários sobre a graça, a pureza, a sensibilidade presentes em sua obra. Fato que teria frustrado enormemente a americana Louise May Alcott, compelida por seu editor e estimulada por seu pai a escrever uma “história para meninas”, quando seu desejo era o de produzir “histórias de horror explorando as sombrias regiões subterrâneas das paixões agressivas e sexuais, até mesmo da perversão”²³.

²³ GAY, Peter. Op. cit., p. 366.

Também, quanto a este aspecto, observa-se aqui uma identificação. A articulista acima apresentada observa a existência de assuntos nos quais as mulheres teriam melhor entendimento, propondo, em conseqüência, que “devem ser também estas que melhor podem escrever sobre eles”. Demonstrava, dessa forma, sua incorporação dos signos presentes nos diversos discursos, sobre as tendências femininas. Porém, ao mesmo tempo que indica sua adesão em termos simbólicos à dominação masculina, ensaia subvertê-la, na medida em que defende o exercício de uma atividade extra-doméstica para as mulheres, no caso, a atividade literária. Mais adiante, assume uma atitude verdadeiramente iconoclasta

ao defender a produção feminina no terreno das ciências, para as quais quase consensualmente julgavam-nas inaptas.

“Creio, pois, que mesmo os que se escandalizam vendo uma autora publicar um tratado sobre astronomia ou um compêndio de química, não levarão a mal que qualquer delas faça uso do juízo que Deus lhe deu, e da experiência que possa ter adquirido para escrever, (...) sobre algumas das poucas matérias de sua competência”.

Atente-se para sua expressão “juízo que Deus lhe deu”, significando assumir a certeza de que as mulheres, também, foram aquinhoadas com a razão, ao contrário de muitos que pretendiam negá-lo ou relativizá-lo. E mais, tendo-a recebido diretamente de Deus, acrescida da experiência acumulada em sua vivência que se traduzia na sua competência, tornava-se obrigatório expressá-la através de sua escrita.

Porém a trilha para as mulheres seria espinhosa. Autoridades, políticos em geral, juristas, negam-se a considerar positivamente quaisquer pretensões de autonomia feminina. Respaldam-se, não tanto em razões religiosas, mas na ciência da época, sinônimo, naquele momento, de verdade absoluta. Buscam limitar as mulheres nas suas ações, desejos e emoções, naturalizando determinações histórica e socialmente estabelecidas. Também, através de peças teatrais, da literatura, de crônicas e por diversas matérias na imprensa, observa-se oposição ao seu atendimento, inclusive, através da ridicularização das militantes. Representam-nas como masculinizadas, feias, despeitadas e, mesmo, amorais; no que conseguiam grande repercussão, não sendo poucos os homens comuns e, também, mulheres que endossavam tais opiniões, através de depoimentos, e cartas aos jornais.

Não se limitavam aos homens a crítica ao feminismo. A revista feminina *Única*, publicação mensal, contendo matérias sobre literatura, arte, elegância e sociologia, dirigida por uma mulher, Francisca de Vasconcellos Bastos Cordeiro, incorre, igualmente, na questão. Em que pese contar com diversificada colaboração de mulheres significativas na época, como a poetisa Cecília Meireles e até de militantes do movimento feminista. Já avançada, no país, a luta pelos direitos femininos, Chrysanthême é o pseudônimo de uma mulher que se opõe às mudanças almejadas por muitas. Colaboradora da revista citada acima, afirma reconhecer que seu artigo destoa dos demais que em sua maioria defendem aquelas mudanças. Mas considera seu “dever de combatente defender aqueles que o feminismo e o destino lançaram na arena do combate à existência”.

Parte de uma reflexão acerca do direito à felicidade, o primeiro dos direitos humanos. As mulheres, mais intensamente do que os homens, segundo sua opinião, desejam ser venturosas, alegres e pacíficas, embora atuem de forma contrária a essa aspiração. Encaminha sua argumentação no sentido de mostrar que a independência alcançada

pelas mulheres não lhes permitiu alcançar a sonhada ventura. Passa a discorrer acerca das perdas sofridas com o acesso à referida independência, revelando na sua discussão uma instrução acima da média. Isto não a impede de recorrer a alguns dos chavões sobre a idealizada tradicional condição feminina. Sua argumentação mostra-se contraditória, pois, de um lado afirma não pretender negar “a secular injustiça e intolerância desaparecidas hoje na lufada da aragem do progresso, libertador das suas cadeias antigas”. Logo, porém, questiona às “suas companheiras de sexo” se a independência conquistada possibilitou-lhes a ventura. Ao que se apressa em fornecer a resposta:

“A mim, parece-me que não, porque fugindo elas ao seu papel de amorosas, de deusas do lar, o homem abandonou, com equidade, o seu de amparador e de chefe desses mesmos lares. A luta no meio das ruas e entre as muralhas dos escritórios concedeu-lhes, também, por acaso, mais prazer e mais paz do que a travada no seio pequenino da família? Alcançou ela com esse novo direito à liberdade sem pelas ao trabalho mal remunerado, àquele outro supremo e insuperável que a tornava feliz e soberana? Não custará mais à alma doce e sensível da mulher esse eterno acotovelar com os homens estes, de educação diversas, de apetites sempre aguçados do que o convívio ameno de outrora, com um só, a que era submissa sim, mas aureolada pelo seu soberbo rótulo de esposa, mãe e de filha?”²⁴ ”

Em sendo tal discurso produzido por uma mulher, trata-se de um excelente exemplo de incorporação das representações dominantes que garantem as diferenças entre os sexos. Nele a autora reproduz variados estereótipos, incansavelmente repetidos, utilizados para demonstrar a excelência da condição tradicionalmente atribuída às mulheres, justificada como fruto de uma predisposição de sua natureza. Destaque-se, neste particular, expressões como: “deusas do lar”, “alma doce e sensível da mulher”, convívio ameno de outrora”, “soberbo rótulo de esposa”, nada mais que idealizações de uma real situação de limitação e de opressão, na maioria das vezes. Assume, dessa forma, a referida autora, a opção de defender uma posição de minoridade eterna para as mulheres. O esforço de crescimento, representado pela assunção de seu destino, é descrito como um castigo, pintado com as cores mais fortes e não como um estímulo ao seu crescimento e sua completude como ser humano. Inclusive, é patente a descrença com relação às potencialidades femininas mesclada com o preconceito frente à sexualidade. Realça a promiscuidade decorrente do contato com outros homens, “de apetites sempre aguçados”, dispostos a dar o bote na indefesa criatura que deveria, a seu ver, preferir a proteção de outrora, mesmo ao preço de sua submissão. Enfim, modelo irrepreensível de violência simbólica.

²⁴ CHRYSANTHÈME. Direito à Felicidade, Única: Revista Feminina, outubro, 1925.

Conquista de novos espaços

Os movimentos feministas na década de 1920 marcam um momento de ruptura, não se limitando, apenas, às atitudes microscópicas, em sua maioria, taticamente levadas a efeito pelos subalternos, visando esgueirar-se furtivamente à opressão. Algumas mulheres assumem abertamente a campanha pela obtenção de seus direitos. Organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, utilizando-se fartamente da imprensa, buscam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública etc.. Apesar disso, em sua maioria, buscam revestir o seu discurso de um tom moderado. Não apenas porque tenham introjetado que esta seria a forma adequada de expressão feminina, mas, igualmente, por estratégia política.

Destaca-se nesse sentido a atuação de Bertha Lutz, cujo movimento assumiu caráter hegemônico naquele momento. O exercício do trabalho, o acesso à educação, a plenitude de direitos políticos e civis constituem-se nas suas principais reivindicações. Apesar da multiplicidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta, a conquista do voto, de acordo com espírito da época, mereceu prioridade. Acreditava que o acesso aos direitos políticos eram essenciais à obtenção de garantias com base na lei. Esta sua opção foi objeto de críticas, em termos de que esta foi uma luta inglória, limitada às "reivindicações formais do liberalismo burguês". De acordo com esta perspectiva, esta conquista se reduziria a uma concessão "quando assim interessou à classe dominante, em seu confronto com as massas urbanas que ameaçavam o equilíbrio do jogo político liberal"²⁵.

Uma posição desta natureza desdenha, porém, as lutas empreendidas por várias gerações de mulheres já preocupadas com a questão. E, particularmente, quanto a Bertha, não há como negar sua ação num momento decisivo, em meio aos preconceitos nos mais diversos âmbitos, a começar pelo Congresso, nas páginas da imprensa, nos teatros de revista etc.. Afinal penetrar na esfera pública era um velho anseio por longo tempo vedado às mulheres. Significava uma conquista, possibilitando-lhes assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual haviam sido violentamente excluídas.

Por outro lado, de forma similar aos diversos movimentos internacionais do gênero, padecia de inúmeras limitações no que tange ao alcance de seu objetivo: a liberação feminina. Escaparam aos ideais feministas do momento vários dos fatores que a impediam - alguns apenas visíveis a partir da década de 1960. Continuava-se a aceitar o exercício de certas atividades como mais adequadas à

²⁵ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 181.

²⁶GAY, Peter. Op.cit., p.366.

mulher, por extensão de suas funções maternas. Passam a fazer "num palco maior o que vinham fazendo todo o tempo - e com mais talento natural do que qualquer homem"²⁶. Na verdade, o substrato da violência simbólica permanece presente, pois tais práticas expressam as relações assimétricas entre os gêneros e seu significado está enraizado no simbólico, no mental, no doméstico. Sem esquecer que aquelas profissões consideradas mais adequadas ao gênero feminino eram as menos remuneradas. Mantinha-se, em grande medida, a força das representações e práticas que impoem a divisão das atribuições entre os gêneros, comprometendo a total emancipação feminina.

Mas, dialeticamente, a prática daquelas atividades - professora, enfermeira, assistente social etc. - foi fundamental para a ampliação dos horizontes femininos. Comprovando sua competência, mergulhando na compreensão da rede intrincada dos poderes e dos saberes, assumem cada vez mais a construção de sua própria história. A saída física para os espaços por tanto tempo vedados, a saída moral "dos papéis que lhes são assinalados, a formação de opiniões, a passagem da submissão para a independência..." podendo conduzir à consciência de gênero constituiu-se numa grande possibilidade²⁷.

²⁷PERROT, Michelle. Sallir. In DUBY, G. y PERROT, M. (dirección). Op. cit., v.4, p.461.

Também, aquele feminismo não questionou as implicações de se atribuir à mulher a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos. A conquista dos novos direitos de participação na esfera pública não implicaram uma reformulação no âmbito das obrigações familiares entre os dois gêneros. Continuava-se, portanto, a considerar o espaço doméstico como inerente à mulher, mantendo-se sua posição desigual na sociedade, fonte de um processo de violência contra a sua pessoa. Resultava daí uma mulher dividida, culpada, quando obrigada a trabalhar fora do lar; considerando sua atividade profissional como algo secundário em relação à atividade principal de esposa e mãe, dando lugar à discriminação salarial, profissional e sindical.

Por outro lado, apesar da sociedade não ter condições de sobrevivência sem o nascimento e socialização das novas gerações, não foram devidamente exigidos pelo movimento a instauração de estabelecimentos coletivos acessíveis - restaurantes, creches, lavanderias - que possibilitassem às mulheres partilhar as tarefas que se cristalizaram como suas. Aliás, na própria União Soviética, onde teoricamente se pretendeu uma sociedade igualitária em todos os níveis, este problema não foi resolvido. Embora Fourier, ainda no século XIX, preconizasse a liberação feminina através da instauração daqueles estabelecimentos, como da educação comum aos dois gêneros e a liberdade sexual para ambos²⁸.

²⁸ As considerações sobre a atuação de Bertha Lutz foram retiradas de minha dissertação de mestrado. Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher. 1919-1937. Niterói, Pós-Graduação de História, 1974.

Reconhece-se, porém, a dificuldade, naquele momento, de mulheres dos segmentos médios elevados

assumirem uma postura dessa natureza, quanto a um assunto considerado como tabu. Havia a questão política, pois consideravam as outras demandas como prioritárias. E, face às preocupações com a aceitação do movimento pela opinião pública, não ousaram sequer mencionar tal questão, alegando algumas que este era um assunto de foro privado. Maria Lacerda de Moura, que logo se desligou desse movimento, é uma exceção nesse quadro. Miriam Moreira Leite trouxe à tona suas reflexões sobre os diversos aspectos da condição feminina. Assinalou suas posições avançadas, em muitos aspectos similares àquelas das feministas da década de 1960. Mostra-a como uma severa crítica da dupla moralidade vigente, da hipocrisia reinante na organização da família com seu complemento, a prostituição, preocupando-se com questões interditas na época como a sexualidade e o corpo. Tal diversidade de posições revela a flexibilidade da “jaula” representada pela cultura, possibilitando aos agentes sociais o exercício de uma relativa liberdade, conforme a articulação que estabeleçam dos elementos historicamente a sua disposição. O que é sumamente confortador! As idéias de Maria Lacerda de Moura, consideradas muito radicais, aliadas ao seu aguçado espírito crítico e, principalmente, o seu excessivo individualismo contribuíram, segundo Moreira Leite, para sua posição algo marginal²⁹.

Permaneceriam as mulheres sem poder dispor livremente de sua sexualidade. Manter-se virgem, enquanto solteira, e fiel, quando casada, era sinônimo de honra feminina; a qual se estendia a toda família, constituindo-se num conceito sexualmente localizado, violência que se constituiu em fonte de múltiplas outras violências. Enquanto aos homens estimula-se o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade, na mulher tal atitude é condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Pois, mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração e, no caso de uma relação ilegítima, não se sentiam os homens responsabilizados por sua atuação, devendo aquelas arcar com o peso das conseqüências do seu “erro”. Afinal, “pureza” era fundamental para a mulher, constituindo-se o desconhecimento do corpo em signo de alto valor, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era exemplar para as mulheres. E, assim, mulheres abandonadas expunham suas vidas em práticas abortivas foscas e apressadas, outras se desfaziam do recém-nascido nas situações mais trágicas. Transformavam-se em monstros, numa cultura alimentada pelo estereótipo do amor de mãe como instintivo “porquanto as feras indomáveis, essas mesmas com a sua asperidade têm amor”. Outras que arriscaram viver sua sexualidade fora do casamento foram assassinadas em nome da “legítima defesa da honra”³⁰.

²⁹ LEITE, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo*. Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

³⁰ SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência*. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

³¹ DE CERTEAU, Michel. Op. cit., p.101.

³² *Gazeta de Notícias*. 15.02.1915; *A Noite*. 16.02.1922.

³³ GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. A paixão tema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 25.

³⁴ LAGO, Mário. *Na Rolanção do Tempo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p.136.

Em que pese um quadro de tanta violência, as pesquisas também demonstram a presença de mulheres aproveitando-se das “falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vão caçar”³¹. O Carnaval constituía-se numa dessas “falhas”. A imprensa, nas duas primeiras décadas do século, invectiva contra a “degradação cada vez maior do Carnaval”, visando impedir a presença feminina, admissível apenas às mulheres de má vida. Cresce nele, porém, não apenas a participação das mulheres dos segmentos populares, como também daquelas das demais camadas³².

Assim, apesar da repressão sexual que recaía sobre as mulheres buscando nelas incutir o estereótipo da frigidez feminina, das exigências da virgindade e da sobriedade de conduta, confirma-se o pressuposto de Freud de que a sexualidade, o ingrediente mais poderoso da constituição humana, não pode tão facilmente ser descartada. Nesse particular, as energias eróticas, insaciáveis e ao mesmo tempo cheias de recursos, lançam mão dos mais inusitados estratagemas, a serviço de sua gratificação³³.

Havia aquelas mais corajosas, que não se contentavam com meias medidas, buscando assumir sua sexualidade de uma forma mais plena. Tal pode ser depreendido da narrativa de Mário Lago, ao referir-se ao “carnaval dos duelos de lança-perfume, iniciadores de muitos namorinhos e até atividades mais conseqüentes”. Percebe-se que tais atividades dizem respeito a uma relação mais íntima entre os dois sexos. Fala, em seguida, da iniciativa por ele considerada audaz, de um grupo de “almofadinhas eróticos”, que se exercitam em “bico-de-seio ao alvo com os esguichos de seus rodos metálicos”. Para eles tal jogo de lança-perfume funcionava como uma espécie de teste:

“Se a mocinha fizesse cara feia e recusasse ante o esguicho gelado e fino, já se sabia que daquele mato não saía coelho e vamos pregar numa outra freguesia. Mas não faltavam as mais receptivas a essas experiências, e o risinho nervoso prenunciava vitórias surpreendentes”³⁴.

O memorialista não consegue disfarçar sua misoginia, ao conceber tais “mocinhas” como presa fácil. Não vê no seu gesto uma tentativa de não se vergar aos preconceitos do momento, dos quais ele próprio, com uma trajetória das mais ricas no cenário artístico e político, não escapa. Assim, não consegue perceber que elas estavam, igualmente, procurando festejar o corpo e extrair o prazer que ele é capaz de proporcionar, ao invés de permanecer numa atitude passiva, conforme lhes era apregoadado.

A libertação feminina estaria condicionada, para Juliet Mitchell, à transformação das quatro estruturas em que as mulheres estão integradas: produção, reprodução, socialização e sexualidade. Embora ressalte o caráter determinante das exigências econômicas, enfatiza a

necessidade de serem acompanhadas por políticas coerentes para os outros três elementos. Estas políticas, em conjunturas particulares, podem até ocupar o papel dominante na ação imediata. Segundo a autora, referindo-se à década de 1960, momento em que escrevia, o aspecto sexual constituía-se no Ocidente no elo mais fraco das estruturas de cuja transformação simultânea dependia a liberação da mulher³⁵.

Aceitando-se tais pressupostos, as mulheres anônimas que atuaram nos interstícios do sistema, atrevido-se a expressar de forma crescente sua sexualidade, revelando a presença de um desejo, apenas permissível no leito conjugal, foram, também, precursoras da emancipação feminina. Criativamente, utilizaram-se de brechas para furtivamente ou mesmo claramente vivenciarem-na, apesar de todas as interdições e ameaças. O Carnaval representou uma dessas brechas, funcionando como um balão de ensaio para a plena assunção pelas mulheres do seu corpo e da sua sexualidade, também, na vida cotidiana. Assim, também contribuíram aquelas mulheres para o clamor feminista da década de 1960, pleno de demandas no campo da sexualidade, cujas conquistas não decorreriam apenas da movimentação de um restrito grupo de intelectuais dos segmentos médios.

³⁵ MITCHELL, Juliet. Mulheres. A Revolução mais Longa. *Revista Civilização Brasileira*, n.º 14, RJ, 1967, p.5.